CMAS Conselho Municipal de Assistência Social Aracaju

ATA nº. 426

Ata de Reunião ordinária do Colegiado do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, realizada em 15 de julho de 2026.

Aos quinze dias de julho de 2026, por volta das 9h10, reuniu-se o colegiado do Conselho Municipal de Assistência Social para discutir e deliberar sobre a seguinte pauta: Apreciação da pauta; Apreciação da Ata nº425; Assinatura do Termo de Posse pelo colegiado gestão 2026/2028; Recomposição das Comissões Permanentes de Trabalho; Apreciação do Parecer da Comissão de Financiamento – prestação de contas do 1º trimestre de 2026 do FMAS; Apreciação de alterações da Resolução CMAS nº029/2026 – parecer da comissão de normas; Escuta de representante da SEMFAS – situação do CREAS Gonçalo Rollemberg; Situação do CRAS João de Oliveira Sobral; Apreciação de participação do CMAS na reunião ampliada e descentralizada do CNAS; Abordagem Social – fluxos; Retorno formal do secretário a respeito dos benefícios eventuais; Relação das solicitações dos servidores para mudança de setor e relação dos afastamentos dos servidores da Semfas, por motivo de saúde; BPC na escola; Orientações CNAS Período Eleitoral; Avaliação da fala do secretário da Assistência Social em programa de rádio sobre usuária detida pela Guarda Municipal; Falta de cuidadores e monitores para crianças neurodivergentes; Distribuição de Processos Institucionais; Informes;O que Ocorrer. Estavam presentes os/as conselheiros/as:

Cristiane de Oliveira Ferreira – Titular (Secretaria Municipal da Família e da Assistência Social – SEMAS), Kaio Luan Campos Dantas e Vanessa Barreto Vasconcelos Garcez Santana – suplentes (Secretaria Municipal da Família e da Assistência Social – SEMAS), Alaine Vieira dos Santos – Titular (Secretária Municipal de Educação – SEMED), Márcia Nascimento Souza – titular (Secretaria Municipal de Segurança), Maria Conceição dos Santos Andrade- titular e Maria das Graças Oliveira Brandão – suplente (Fundação Municipal de Formação para o Trabalho – FUNDAT), Ivan Maynart Santos Rodrigues – titular e Ana Emília Almeida Pereira Leal – suplente (Procuradoria Geral do Município), Aline Barreto Santana – Titular (Secretaria Municipal do Planejamento, Orçamento e Gestão – SEPLOG), Mylena da Silva – Suplente (Instituto Pedagógico de Apoio á Educação do Surdo de Sergipe – IPAESE), Lourdes Regina Caldas Santos – titular (Instituto e Creche Menino Jesus), Maria José Nunes dos Santos – Suplente (Instituto o Semeador e a Semente), Pablo do Amor Divino Pereira – titular (Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras na área socioeducativa do Estado de Sergipe - SINTS/SE), Daiana Oliveira Azevedo – suplente (Conselho Regional de Psicologia), Deise Araújo Valadares – Titular (Sindicato dos Psicólogos de Sergipe – SINPSI), Joelma dos Santos Andrade - suplente (Fórum Municipal dos Trabalhadores do SUAS), Ygor da Silva Machado – titular (Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado de Sergipe), Erivânia Silva de Menezes – Titular (Usuária – Casa da Doméstica Dom José Vicente Távora), Maria Gracilda Barrrois Lescop – Titular (Usuária – Associação Nacional de Mulheres em Acolhimento e Desenvolvimento Social – ANMADAS) e Adriana Santos Lemos – Titular (Usuária – Associação de Moradores da Soledade). Justificaram a ausência: Ieda dos Santos Araújo – titular e Laís Suelen Gonzaga Almeida - suplente (Secretaria Municipal de Saúde – SMS), Adilma Gomes Santos – Titular (Associação Comunitária Senhor do Bomfim),Martha Regina Santana de Oliveira – Titular (Oratório Festivo São João Bosco), Thaís Alves Vieira – suplente (Centro de Integração da Família – CEINFA) e Maria José Vasconcelos Barreto Carvalho – suplente (Usuária – Fórum Estadual dos Usuários do SUAS) Kaio Luan Dantas Campos e Vanessa Barreto Vasconcelos Garcez Santana – suplentes (Secretaria Municipal da Família e da Assistência Social – SEMFAS) e

Patrícia Santos Carvalho Silva – suplente (Grupo de Apoio à Criança com Câncer – GACC). Estavam presentes: Lucival Castro (CRAS João de Oliveira Sobral), Ana Elisabeth Nascimento Gonçalves, Thais Tokue e Andrea Pereira (CREAS Viver Legal), Luciana Dantas da Silva (CREAS Gonçalo Rollemberg), Camila Oliveira e Larissa Moura (CRAS Santa Maria), Evelyn Christina Mendonça (CREAS Maria Pureza), Rosemary Teles e Lucas Emanoel Santana (Casa Rara), Jacqueline Moreira (CREAS São João de Deus), Maria Juliana (Casa Lar Dona Palia), Laís Regina Queiroz e Anne Caroline de Jesus (SEMFAS/DPAS) . A presidente do conselho dá início à reunião saudando os presentes e comunicando a leitura da pauta. Nesse momento, falou sobre o número de pontos da pauta e que não seria possível esgotá-la por completo em apenas uma reunião. Informou que, devido a isso, estava sugerindo que a construção das pautas nas próximas reuniões fosse alterada, passando a utilizar a disponibilização de uma pauta por segmento que tenha representação no conselho e as pautas da secretaria executiva. Após alguns questionamentos sobre esse novo modelo, alguns conselheiros apresentaram outras sugestões de organização. O conselheiro Kaio Campos sugeriu que cada segmento apresentasse sua pauta à secretaria executiva, no máximo, 05 (cinco) dias úteis antes da reunião, via email. A conselheira Deise sugeriu que fossem elaboradas duas pautas por segmento e, caso algum segmento não as apresentasse, esse número seria redistribuído entre os demais, ou uma reunião extraordinária poderá ser convocada. A conselheira Daiana Azedo mencionou que esses novos modelos sugeridos podem acabar engessando a pauta e que o ideal seria deixá-la em aberto, conforme as demandas da política de assistência. A vice-presidente Erivânia reforçou que seria viável que todos se comprometessem a chegar no horário agendado e firmassem acordo para manter a plenária até, pelo menos, o meio dia. Ouvidas todas as sugestões, o pleno concordou que as pautas precisam ser enviadas, no máximo, cinco dias antes, conforme a sugestão de Kaio, e que a mesa diretora apresentará, na reunião de agosto, uma minuta de resolução sobre a definição das pautas para que seja apreciada pelo colegiado. Ficou aprovado que, nesta reunião, a pauta a ser discutida irá até o ponto Abordagem Social – fluxos , além dos informes e do ponto "Orientações CNAS Período Eleitoral. Continuando, questiona a

plenária se existe algum destaque com relação à Ata de nº. 425. Como nenhum dos conselheiros se manifestou, colocada em apreciação, a Ata foi aprovada na íntegra. Na sequência, a presidente solicita à secretaria executiva que efetue a Leitura do Termo de Posse, que foi assinado pelos conselheiros Ivan Maynart, Ana Emília Almeida e Daiana Azevedo.Prosseguindo "Recomposição das Comissões Permanentes de Trabalho", a secretaria executiva presta os esclarecimentos quanto às competências das Comissões Permanentes de Trabalho deste CMAS, ao tempo em que solicita a indicação de nomes para as vacâncias. Depois de um breve momento, os grupos ficaram assim definidos: Comissão de Normas da Assistência Social – Ivan Maynart, Cristiane Ferreira, Deise Araújo e Maria José Carvalho, na condição de titulares; Laís Maricelma Oliveira, Laís Suelen Gonzada, Joelma Andrade e Adilma Gomes, na condição de suplentes; Comissão da Política de Assistência Social – Davina Conceição Góis, Ieda Araújo, Márcia Nascimento e Maria Das Graças Oliveira na condição de titulares; Maria Gracilda Lescop, Mylena da Silva, Pablo do Amor Divino e Deise Araújo, na condição de suplentes; Comissão de Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda – ABTR – Alaine Vieira, Ieda Araújo, Vanessa Barreto e Cristiane Ferreira, na condição de titulares, Dianna Batista, Joelma Andrade, Adilma Gomes e Adriana Lemos, na condição de suplentes; Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social – Gilton Ferreira, Vanessa Barreto, Deise Araújo e Maria José Nunes na condição de titulares e Aline Barreto, Lucas Sá Ferreira, Thais Alves e Dianna Batista, na condição de suplentes. Dando seguimento, a presidente passa a apresentar sobre o ponto Apreciação da Prestação de contas do FMAS referente ao 1º trimestre de 2026, explicando que os demonstrativos analíticos tratam dos relatórios de execução física e prestação de contas da execução financeira, referentes aos recursos do cofinanciamento do Governo Federal e Estadual. Após a apresentação, fez a leitura do parecer da Comissão de Financiamento e Orçamento, que julgou a prestação de contas como **REGULAR.** O colegiado seguiu o parecer da comissão e aprovou por unanimidade a prestação de contas. Na sequência, Apreciação de alterações da Resolução CMAS nº029/2026 – parecer da comissão de normas, a secretaria executiva fez um breve

relato dando início à leitura das alterações realizadas. Quanto ao art. 10, que trata da visita realizada à entidade pela equipe técnica do conselho, a comissão sugeriu que a Equipe Técnica da Secretaria Executiva deve ser composta por pelo menos dois profissionais com vínculo estatutário – concursado - ou temporário – PSS. Nesse momento, alguns conselheiros questionaram a inclusão de profissionais do PSS, por não ser de caráter continuado, sugerindo que fosse apenas por profissionais com vínculo estatutário ou que acrescentassem no artigo o termo preferencialmente estatutário. Ouvidas as sugestões referentes ao texto do artigo 10, a presidente submeteu as propostas a votação, sendo aprovadas por 13 votos a inclusão do termo preferencialmente estatutário ao texto já sugerido pela comissão. Apenas um votou para proposta de retirada do profissional do PSS e nenhuma abstenção. A presidente informou que em conversa com o secretário da assistência sobre a solicitação do conselho, foi autorizado que inicialmente seja lotado um profissional com vínculo estatutário ou temporário para compor a equipe técnica da secretaria executiva do Conselho. Portanto, as visitas continuam suspensas até a lotação do/a novo/a servidor/a. Nos pontos "Escuta de representante da SEMFAS – situação do CREAS Gonçalo Rollemberg; Situação do CRAS João de Oliveira Sobral", a presidente relembrou sobre as solicitações das pautas e passou a palavra para o engenheiro da SEMFAS, Renilson. Ele falou que, com relação à reforma do CREAS Gonçalo Rollemberg, o processo foi pensado juntamente com a reforma do CRAS Gonçalo. Deu início pelo CRAS e o projeto e orçamento previamente proposto não foi suficiente para contemplar os dois equipamentos, sendo realizados alguns reparos apenas. A SEMFAS tem contrato com uma empresa de manutenção predial e recentemente essa empresa foi mudada e já está agendada uma visita no espaço no CREAS Gonçalo para que possa fazer o levantamento do que já foi realizado e o que precisa ser feito. A presidente solicitou ao engenheiro que, após a realização dessa visita, os resultados obtidos sejam encaminhados ao conselho. Com relação ao CRAS João de Oliveira, o engenheiro informou que já existe autorização para a reforma do prédio, com recursos destinados, e que o processo já foi encaminhado pela SEMFAS para a Emurb, que é o órgão responsável por reformas no âmbito da prefeitura de Aracaju. O

conselheiro Ygor Machado perguntou se já tem prazo para o início das obras e que é importante que seja pensado pela gestão um local adequado para a mudança da equipe quando a reforma for iniciar. A conselheira Daiana Azevedo lembrou que o CRAS Madre Tereza recentemente passou também por um processo de reforma e que o mesmo foi executado pela própria SEMFAS e com muitos questionamentos quanto à qualidade dos serviços prestados. Renilson informou que no caso do Madre Tereza não foi uma construção e sim alguns reparos que são de competência da empresa de manutenção predial que possui contrato com a SEMFAS. A conselheira solicitou que essa situação do CRAS Madre Tereza seja pauta da próxima reunião. Como encaminhamentos, o colegiado deliberou que sejam expedidos ofícios à SEMFAS, solicitando esclarecimentos sobre os montantes recebidos provenientes da venda da DESO e o planejamento para sua aplicação. E, também, um ofício reiterando o pedido de diagnóstico das condições dos equipamentos da PSB e da PSE. Continuando, "Apreciação de participação do CMAS na reunião ampliada e descentralizada do CNAS", a presidente informou que a solicitação de participação na reunião já foi enviada ao gabinete da secretaria e que está aguardando o retorno. A vice-presidente questionou com relação ao número de participantes nas viagens fora de Aracaju e que o regimento interno do Conselho trata que as coordenações das comissões permanentes também podem solicitar vaga para participação. Nesse caso, que não seja apenas para a mesa diretora e a secretária Executiva, e sim que além desses os demais conselheiros possam ser contemplados. A presidente esclareceu que há uma resolução que disciplina esse procedimento de representação dos segmentos da sociedade civil nas viagens fora do município, estabelecendo a alternância entre eles a cada viagem. Após os questionamentos, foram sugeridas duas propostas para votação: proposta 1 - que seja ampliado para seis vagas (mesa diretora, secretaria executiva e um de cada segmento da sociedade civil); proposta 2 - seguir como está definido na resolução vigente. Colocada em votação, foi aprovada por sete votos a proposta de ampliação de vagas. A resolução que versa sobre as viagens será submetida à revisão pela comissão de normas a fim de providenciar as adaptações necessárias. No que tange à representação do CMAS na Reunião Descentralizada e

Ampliada no CNAS, caso seja autorizada pela secretaria, serão designados para representar a mesa diretora e a secretária executiva. A conselheira Daiana Azevedo sugeriu que a comissão de financiamento apresente detalhadamente os gastos provenientes do percentual dos recursos do IGD destinados ao CMAS ao analisar a prestação de contas trimestralmente. No ponto "Abordagem Social – fluxos", a presidente convidou Anne Caroline, representante da SEMFAS, para se pronunciar sobre o serviço de abordagem social. A mesma informou que foi estabelecida uma central de abordagem com o intuito de atender demandas urgentes, sendo que as equipes permanecem vinculadas aos CREAS e ao Centro Pop, desempenhando também esse serviço. Eventualmente, devido à alta demanda, apenas alguns casos recebidos pela central de abordagem são repassados às equipes dos equipamentos, e os técnicos realizam abordagens em conjunto com os educadores. Andrea Pereira, colaboradora do CREAS Viver Legal, mencionou que a equipe técnica foi informada pela coordenação do local que não poderiam efetuar a abordagem social. Diante desse cenário, enviaram um documento à SEMFAS solicitando uma reunião com a gerência da abordagem para discutir os fluxos do serviço. Após a explanação da representante da SEMFAS, algumas dúvidas e questionamentos surgiram entre os membros, especialmente em relação às campanhas planejadas pela SEMFAS que não foram atendidas conforme o planejamento prévio das equipes dos equipamentos. A gerente da abordagem esclareceu que, no caso das campanhas, o material foi elaborado pelo Conselho da Criança e do Adolescente, e a quantidade recebida pela secretaria foi compartilhada com os equipamentos. Ao final das intervenções, a presidente sugeriu que a gestão agende uma reunião com toda a equipe para alinhar os fluxos e demandas com todos os atores envolvidos. Prosseguindo, "Orientações CNAS Período Eleitoral", a conselheira Deise Araújo falou sobre a necessidade de afastamento de três meses antes da data da eleição, da função de conselheiro/a caso a pessoa vá concorrer nas eleições do mês de outubro. Nos Informes, a secretaria executiva trouxe ao conhecimento sobre o Ofício nº853/2026 do Ministério Público Estadual – que trata da ciência do arquivamento do procedimento instaurado a partir de notícia

sobre higienização nas ruas da capital. O arquivamento se deu por conta da verificação da existência de um procedimento idêntico em trâmite perante a Justiça Federal; Comunicado Oficial do Oratório Festivo Nossa Senhora Auxiliadora – informando que o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos está suspenso durante o segundo semestre de 2026, para reestruturação institucional, administrativa e programática. Não havendo nenhum outro assunto a ser tratado foi lavrada a presente ata que depois de aprovada será assinada pela secretária executiva e pelos demais conselheiros presentes. Aracaju, 15 de julho de 2026.

Angela Vanessa Prata Barbosa Angela Vanessa Prata Barbosa

Cristiane de Oliveira Ferreira

Kaio Luan Dantas Campos

Vanessa Barreto Vasconcelos Garcez Santana

Alaine Vieira dos Santos

Márcia Nascimento Souza

Maria Conceição dos Santos Andrade

Maria das Graças Oliveira Brandão

Ivan Maynart Santos Rodrigues

Ana Emília Almeida Pires Leal

Aline Barreto Santana

Mylena da Silva

Lourdes Regina Caldas Santos

Maria José Nunes dos Santos Maria José Nunes dos Santos

Pablo do Amor Divino Pereira Pablo do A. D. Pereira

Daiana Oliveira Azevedo

Deise Araújo Valadares Deise Araújo Valadares

Joelma dos Santos Andrade

Ygor da Silva Machado

Erivânia Silva de Menezes Erivânia Silva de Menezes

Maria Gracilda Barrois Lescop

Adriana Santos Lemos